

coords.

Camila Aboud Gomes

*Claudete Rosimara de
Oliveira Figueiredo*

Glaucia Albuquerque Brasil

João Carlos Lopes Scalzilli

*Taciani Acerbi Campagnaro
Colnago Cabral*

Recuperação
judicial,
falência e
administração
judicial

Recuperação
judicial,
falência e
administração
judicial

coords.

Camila Aboud Gomes

*Claudete Rosimara de
Oliveira Figueiredo*

Glaucia Albuquerque Brasil

João Carlos Lopes Scalzilli

*Taciani Acerbi Campagnaro
Colnago Cabral*

Recuperação
judicial,
falência e
administração
judicial



Copyright © 2019, D'Plácido Editora.
Copyright © 2019, Os autores.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Editor
Tales Leon de Marco

Produtora Editorial
Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico
Leticia Robini
(Imagem por Sina Katirachi, via Unsplash)

Diagramação
Bárbara Rodrigues

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

Recuperação judicial, falência e administração judicial. GOMES, Camila Aboud;
FIGUEIREDO, Claudete Rosimara de Oliveira; BRASIL, Glauca Albuquerque;
SCALZILLI, João Carlos Lopes; CABRAL, Taciani Acerbi Campagnaro Colnago.
[Coords.]. [Orgs.] - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

614 p.

ISBN: 978-65-80444-06-9

1. Direito. 2. Direito Empresarial. I. Título.

CDD342.2

CDU347.7

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação	11
1. Os bens essenciais à atividade empresarial na recuperação judicial	13
<i>André Barbosa Guanaes Simões</i>	
2. A (im)possibilidade da participação de sociedades empresárias em licitações públicas no curso da recuperação judicial	41
<i>Camila Aboud Gomes</i>	
3. Reflexões acerca das restrições trabalhistas e do crédito de fgts em processos de recuperação judicial	97
<i>Claudete Figueiredo</i> <i>Renata Fabris</i>	
4. As varas de insolvência empresarial de competência regional no projeto de lei 10.220/2018	113
<i>Daniel Carnio Costa</i>	

5. O uso de controles internos pela administração judicial na recuperação e na falência.....119

Eliza Fazan

6. Grupos societários em crise: uma análise perante a lei 11.101/2005.....143

Eduardo Benini

Felipe Barbi Scavazzini

7. Honorários sucumbenciais devidos ao administrador judicial.....167

Fernanda Gabrielle Nagai

8. A mediação como elemento facilitador do administrador judicial no processo de recuperação da empresa.....181

Fernando Scalzilli

Elisa Sachs Beylouni

9. Providências da administração judicial para a realização da assembleia geral de credores na recuperação judicial.....197

Glauca Albuquerque Brasil

10. O papel do administrador judicial na fase de execução do plano de recuperação da empresa.....217

Ivanildo Figueiredo

11. Empresário Rural. Conceito de Regularidade da Atividade e o Requisito do Artigo 48 da Lei 11.101/2005 Legitimidade para Ajuizar Recuperação Judicial Independe do Prazo de 2 anos do Registro na Junta Comercial.....257

Ivo Waisberg

12. A autonomia patrimonial dos sócios e administradores na recuperação judicial.....271

Jairo Silva Melo

Flávia Padilha Barbosa Melo

13. Substituição e destituição do administrador judicial – hipóteses e efeitos.....287

João Carlos Scalzilli

14. O instituto da recuperação judicial de empresas e a problemática dos créditos não sujeitos aos efeitos da repactuação coletiva do passivo empresarial.....303

João Pedro de Oliveira

15. Remuneração do administrador judicial.....327

João Pedro Scalzilli

Luis Felipe Spinelli

Rodrigo Tellechea

16. O alcance da responsabilidade, os reflexos e imputações da recuperação judicial ao administrador judicial.....341

Karina Freitas Moraes e Silva

17. A constituição do crédito trabalhista para fins de sujeição do crédito ao processo de recuperação judicial: uma análise da mudança de posicionamento do tribunal de justiça do rio grande do sul com o julgamento do resp nº.1.634.046/ Rs pelo stj.....361

Laís de Avila Gaspar

18. O produtor rural na recuperação judicial.....389

Lucas Bonato de Amorim

Henrique Gama Silva

**19. Sujeição Passiva Tributária do Administrador Judicial:
Hipóteses e Limites..... 419**

Luiz Eduardo Abarno da Costa

**20. Olhar holístico sob a gestão familiar nas micro e
pequenas empresas, em recuperação judicial..... 449**

Marcio Henrik Silva dos Santos

Maryhá Mello de Mattos

**21. A atuação do juiz na recuperação judicial à luz do novo
código de processo civil..... 463**

Maria Cláudia Viana Hissa Dias do Vale Gangana

**22. O uso da tutela cautelar em caráter antecedente:
antecipação dos efeitos do stay period..... 487**

Pedro Figueredo de Souza Junior

**23. A aplicação da mediação no procedimento de
recuperação judicial..... 503**

Raquel C. Ribeiro .

Guilherme J. Dantas

**24. Encerramento da falência com ou sem a extinção das
obrigações do falido..... 519**

Roberto Monteiro Holder

25. Meios de localização de ativos na falência..... 535

Ricardo Amaral Siqueira

Tatiana Maria Alcaraz Chiuratto

**26. A importância do Compliance antes, durante e após o
pedido de recuperação judicial.....551**

Theo Garcez de Martino Lins de Franco

**27. O procedimento de verificação e habilitação de créditos
nas recuperações judiciais.....569**

Taciani A. C. Colnago Cabral

Autores.....613

Apresentação

Recebi o honroso convite das *Dras. Camila Aboud Gomes, Claudete Rosimara de Oliveira Figueiredo, Glauca Albuquerque Brasil, Dr. João Carlos Lopes Scalzilli e Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral*, feito, gentilmente, por intermédio desta, para fazer referida apresentação.

A Coletânea compõe-se de vinte e sete artigos escritos por renomados especialistas na matéria, abordando os temas mais relevantes sobre a Lei nº 11.101, de 21/06/2005, diploma que inovou em nossa ordem jurídica, ao revogar o antigo Decreto-Lei nº 7.661, de 21/06/1945 que, diga-se de passagem, cumpriu bem o seu propósito normativo, em sua longa vigência, mas, já clamava por substancial atualização, a qual veio a ocorrer com a edição da referida Lei.

Os vários autores, originários de diversas unidades de nossa Federação, apresentaram, com absoluto zelo e verticalidade, importantes estudos de questões que gravitam no âmbito do instituto em apreço, contribuindo, decisivamente, para o seu aprimoramento, sabendo-se que, a exemplo de outros tantos diplomas legais, na sua aplicação, no dia a dia, sempre surgirão questões novas, dúvidas preexistentes ou supervenientes, a serem dirimidas, atento à constante evolução das múltiplas relações jurídicas, de fatos novos que surgem, no evoluir da vida “do empresário e da sociedade empresária”, destinatários diretos de suas normas, conforme prescreve o seu Art. 1º.

O propósito basilar de tal Lei, em consonância, aliás, com a diretriz da CF, no âmbito da “Atividade Econômica”, conforme seu Art. 170 e segs. c/c 1º, IV, que erige “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, dentre os fundamentos do Estado Democrático de Direito, radica-se em seu Art. 47, segundo o qual :

“A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”.

Eis aí o seguro norte a ser buscado, precipuamente, na aplicação do diploma legal, fiel à vetusta mas, sempre nova, diretriz hermenêutica, pioneiramente inscrita no Art. 5º, da antiga LICC, hoje, LINDB.

A Coletânea que vem a lume trará, com certeza, para todos os profissionais do Direito, acadêmicos e estudiosos da matéria, em geral, novas diretrizes a iluminar, ainda mais, a boa aplicação dos preceitos que regem a recuperação judicial e extrajudicial, além da falência, augurando que, oxalá, à última situação só se chegue em casos extremos, pontuais, insuperáveis, pois o fundamental, socialmente, é a abertura e preservação de empresas e atividades empreendedoras, não o seu encerramento.

Em suma, os competentes articulistas estão a contribuir, cada um a seu modo, para a consecução do propósito legal, sobretudo por sua boa aplicação, razão pela qual convidamos a comunidade jurídica, por todos os seus segmentos, a usufruir dos trabalhos individuais que compõem esta Coletânea, o que, certamente, será, intelectualmente enriquecedor e valerá a pena.

Reitero agradecimentos e parabenizo a todos os participantes pelos trabalhos, certo que esta Coletânea se constituirá em marco doutrinário relevante da matéria, sob os variados ângulos estudados.

Belo Horizonte, setembro de 2018

Arnaldo Esteves Lima
Advogado. Ministro do STJ, aposentado.

“ A Coletânea que vem a lume trará, com certeza, para todos os profissionais do Direito, acadêmicos e estudiosos da matéria, em geral, novas diretrizes a iluminar; ainda mais, a boa aplicação dos preceitos que regem a recuperação judicial e extrajudicial, além da falência, augurando que, oxalá, à última situação só se chegue em casos extremos, pontuais, insuperáveis, pois o fundamental, socialmente, é a abertura e preservação de empresas e atividades empreendedoras, não o seu encerramento. Em suma, os competentes articulistas estão a contribuir, cada um a seu modo, para a consecução do propósito legal, sobretudo por sua boa aplicação, razão pela qual convidamos a comunidade jurídica, por todos os seus segmentos, a usufruir dos trabalhos individuais que compõem esta Coletânea, o que, certamente, será, intelectualmente enriquecedor e valerá a pena. ”

Ministro Arnaldo Esteves Lima

